



IBIUNA MACRO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.
(“Ibiuna”)

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS
(“Política”)

JANEIRO 2025

Sumário

1.	Introdução.....	4
2.	Base Legal Aplicável à Ibiuna.....	4
2.1.	Interpretação e Aplicação.....	5
3.	Objetivo.....	5
4.	Princípios.....	6
5.	Responsabilidade e Estrutura Funcional.....	7
5.1.	Diretor de Riscos e <i>Compliance</i>	7
5.2.	Equipe de Riscos e <i>Compliance</i>	7
5.3.	Comitê de Riscos e <i>Compliance</i>	8
6.	Reportes ao Administrador Fiduciário e à CVM.....	9
7.	Monitoramento, Ferramentas de Controle e Relatório de Risco.....	10
8.	Riscos.....	11
8.1.	Risco de Mercado.....	11
8.1.1.	<i>VaR – Value at Risk e Stress Test</i>	12
8.1.2.	<i>Relatório de risco de mercado</i>	12
8.1.3.	<i>Relatório de P&L</i>	13
8.1.4.	<i>Relatório de exposição</i>	13
8.2.	Investimento no Exterior.....	13
8.3.	Risco de Crédito e Contraparte.....	15
8.3.1.	<i>Aquisição de Ativos de Crédito Privado</i>	16
8.3.2.	<i>Rating</i>	18
8.3.3.	<i>Cadastro de Emissores e Análise de Crédito</i>	18
8.3.4.	<i>Aquisição de Crédito Privado no Exterior</i>	20
8.3.5.	<i>Monitoramento dos Ativos de Crédito Privado</i>	20
8.3.6.	<i>Avaliação, Aceitação, Formalização e Monitoramento de Garantias</i>	21
8.3.7.	<i>Exceções</i>	22
8.4.	Risco de Liquidez.....	23
8.5.	Risco de Concentração.....	23
8.6.	Risco de Capital.....	24
8.6.1.	<i>Risco de Capital e Ativos Financeiros no Exterior</i>	25
9.	Riscos Relacionados à Atividade da Ibiuna.....	25
9.1.	Risco Operacional.....	25
9.2.	Riscos inerentes a novos produtos, modificações relevantes em produtos existentes e mudanças significativas nos processos, operações e modelo de negócio da Ibiuna.....	26
9.3.	Risco Regulatório.....	26
9.4.	Risco Legal.....	27
9.5.	Risco de Imagem.....	27
10.	Revisão da Política e Testes de Aderência.....	27
10.1.	Revisão da Política.....	27



10.2.	Testes de Aderência.....	28
11.	Histórico de Revisões	28
ANEXO I.....		29

1. Introdução

A presente Política visa formalizar a metodologia, os critérios e os parâmetros para gerenciamento dos tipos de riscos e seus pontos de controle, utilizados pela Ibiuna, no âmbito da competência da Equipe de Riscos e *Compliance* (conforme abaixo definido), de forma a monitorar a exposição aos fatores de risco inerentes aos investimentos realizados pelas classes de fundos de investimento sob gestão da Ibiuna (“Classes” e “Fundos”, respectivamente).

Esta Política se aplica a todos os “Colaboradores” da Ibiuna, assim entendidos como aqueles que possuam cargo, função, posição, relação societária, empregatícia, comercial, profissional, contratual ou de confiança com a Ibiuna, naquilo que lhes for aplicável.

2. Base Legal Aplicável à Ibiuna

- (i) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 21”): Dispõe sobre o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários;
- (ii) Resolução CVM nº 50, de 31 de agosto 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 50”): Dispõe sobre a prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa – PLD/FTP no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- (iii) Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 175”) e seus anexos normativos: Dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos. Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05/2014: Orientações sobre procedimentos relativos ao funcionamento de fundos de investimento, registro de investidor não residente e às atividades de administração de carteiras, consultoria e análise de valores mobiliários;
- (iv) Ofício-Circular CVM/SIN/Nº 05/2015: Orientações sobre rotinas e controles internos relativos à prevenção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo;
- (v) Código de Ética da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), em vigor desde 1º de julho de 2021 (“Código ANBIMA de Ética”);

- (vi) Código ANBIMA de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros (“Código AGRT”);
- (vii) Regras e Procedimentos de Administração e Gestão de Recursos de Terceiros, especialmente seu Anexo Complementar III (“Regras e Procedimentos do Código de AGRT”); e
- (viii) Demais manifestações e ofícios orientadores dos órgãos reguladores e autorreguladores aplicáveis às atividades da Ibiuna.

2.1. Interpretação e Aplicação

Para fins de interpretação dos dispositivos previstos nesta Política, exceto se expressamente disposto de forma contrária: (a) os termos utilizados nesta Política terão o significado atribuído na Resolução CVM 175; (b) as referências a Fundos abrangem as Classes e Subclasses, se houver; (c) as referências a regulamento abrangem os anexos e apêndices, se houver, observado o disposto na Resolução CVM 175; e (d) as referências às Classes, no âmbito do detalhamento sobre a gestão de risco das carteiras de investimento, abrangem os Fundos ainda não adaptados à Resolução CVM 175.

As disposições da Política são aplicáveis, no que couberem, aos Fundos constituídos após o início da vigência da Resolução CVM 175 (i.e., 02/10/2023) e aos Fundos constituídos previamente a esta data que já tenham sido adaptados às regras da referida Resolução. A Ibiuna e os Fundos deverão observar as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“Instrução CVM 555”), e de outras instruções e normas aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, inclusive, no que diz respeito à responsabilidade e às atribuições da Ibiuna enquanto gestora da carteira dos Fundos até a data em que tais Fundos se adaptem às regras da Resolução CVM 175.

3. Objetivo

A Ibiuna estabelece processos para gerenciamento dos riscos apontados nesta Política, sendo que a administração de risco tem como valor principal a transparência e a busca à adequação às políticas de investimentos e conformidade à legislação vigente.

Todos os limites de risco de cada Classe constarão expressamente do respectivo documento regulatório do Fundo, estando definida nesta Política apenas a metodologia de controle de tais riscos.

Ademais, nos documentos das Classes deverá sempre constar disposição esclarecendo que o gerenciamento de riscos aqui estabelecido, embora adequado para os ativos investidos pelas Classes, não constitui garantia de rentabilidade e, portanto, não elimina a possibilidade de perda para as referidas Classes.

A Ibiuna é a responsável pela observância dos limites de composição e concentração de carteira, exposição ao risco de capital e de concentração em fatores de risco, conforme estabelecidos na Resolução CVM 175 e no regulamento de cada Classe. Nesse sentido, a avaliação de responsabilidade da Ibiuna deverá levar sempre em consideração os riscos inerentes às aplicações nos mercados de atuação das Classes e a natureza da obrigação devido aos seus serviços de gestão de recursos de terceiros.

4. Princípios

A Ibiuna, no exercício de suas atividades e na esfera de suas atribuições e responsabilidades em relação às Classes, desempenhará suas atribuições em conformidade com a política de investimento da referida Classe e dentro dos limites do seu mandato, promovendo e divulgando de forma transparente as informações a elas relacionadas, devendo empregar o cuidado que toda pessoa prudente e diligente costuma dispensar à administração de seus próprios negócios.

São considerados princípios norteadores desta Política:

- › **Formalismo:** esta Política apresenta o processo formal e a metodologia definida pela Ibiuna para o controle e gerenciamento de riscos;
- › **Abrangência:** esta Política abrange todos os Fundos, todos os Colaboradores, assim como os seus prestadores de serviço, naquilo que lhes for aplicável;
- › **Melhores Práticas:** o processo e a metodologia descritos na presente Política estão em consonância com as melhores práticas do mercado;
- › **Comprometimento:** a Ibiuna possui o comprometimento em adotar políticas, práticas e controles internos necessários ao gerenciamento de riscos;
- › **Equidade:** qualquer metodologia ou decisão da Ibiuna deve assegurar tratamento equitativo aos cotistas nos casos das Classes sob gestão;
- › **Objetividade:** as informações a serem utilizadas no processo de gerenciamento de riscos devem ser preferencialmente obtidas de fontes independentes;
- › **Frequência:** o gerenciamento de riscos deve ser realizado em frequência adequada aos ativos investidos e tipos de Classes; e

- › **Transparência:** a presente Política deve ser registrada na ANBIMA em sua forma mais atualizada.

5. Responsabilidade e Estrutura Funcional

5.1. Diretor de Riscos e Compliance

Conforme evidenciado no organograma constante do Anexo I à presente Política, a coordenação direta das atividades relacionadas a esta Política é uma atribuição do diretor responsável pela gestão de risco, controles internos e prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa (“Diretor de Riscos e Compliance”) da Ibiuna, conforme definido no seu Formulário de Referência e Contrato Social, nos termos da Resolução CVM 21.

5.2. Equipe de Riscos e Compliance

O Diretor de Riscos e *Compliance* será o responsável direto pelo monitoramento dos riscos tratados nesta Política, trabalhando em conjunto com os Colaboradores alocados na Equipe de Riscos e *Compliance*.

Outros Colaboradores poderão auxiliar o Diretor de Riscos e *Compliance* nas atividades e rotinas de gestão de risco, sendo que suas atribuições serão definidas de acordo com as necessidades da Ibiuna e nos termos desta Política.

Os Colaboradores integrantes da Equipe de Riscos e *Compliance* deverão sempre atuar sob supervisão e responsabilidade do Diretor de Riscos e *Compliance*, e não atuarão em atividades relacionadas à gestão de recursos da Ibiuna. O Diretor de Riscos e *Compliance* exercerá suas funções com plena independência, sem que haja qualquer subordinação à área de gestão de recursos da Ibiuna (“Equipe de Gestão”), e sendo também vedada a participação de Colaboradores que possam limitar a independência dos profissionais responsáveis por mensurar e monitorar os riscos inerentes às Classes geridas pela Ibiuna.

São obrigações da Equipe de Riscos e *Compliance* relativas a esta Política:

- (i) garantir o cumprimento contínuo e a qualidade de execução das disposições desta Política;
- (ii) atuar de forma preventiva e constante para alertar, informar e demandar providências pelos Colaboradores atuantes na Equipe de Gestão frente a

- eventuais desenquadramentos de limites normativos e aqueles estabelecidos internamente, conforme periodicidade aqui definida;
- (iii) elaborar relatórios de risco e promover a sua divulgação, conforme periodicidade e formatos definidos nesta Política;
 - (iv) quando aplicável, acompanhar a marcação a mercado realizada pelo administrador fiduciário e/ou pelo distribuidor das Classes e verificar se o cálculo da cota está de acordo com o manual de marcação a mercado disponibilizado;
 - (v) fazer a custódia dos documentos que contenham as justificativas sobre as decisões tomadas no âmbito da fiscalização do cumprimento desta Política;
 - (vi) revisar o conteúdo desta Política, conforme periodicidade aqui definida;
 - (vii) realizar testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos definidos nesta Política, conforme periodicidade aqui definida; e
 - (viii) proporcionar treinamentos aos Colaboradores sobre esta Política, conforme periodicidade definida para tanto.

Todas as decisões relacionadas à presente Política, tomadas pelo Diretor de Riscos e *Compliance*, devem ser adequadamente formalizadas e deverão ser arquivadas juntamente com todos os materiais que documentam tais decisões por um período mínimo de 5 (cinco) anos, e disponibilizados para consulta, caso solicitado por órgãos reguladores e autorreguladores. As decisões do Comitê de Riscos e Compliance serão registradas sob a forma de ata, a qual ficará arquivada no servidor eletrônico da Ibiuna.

5.3. Comitê de Riscos e Compliance

O Comitê de Riscos e *Compliance* é o foro responsável pela discussão e tomada de decisão em relação aos assuntos referentes à gestão de risco das carteiras das Classes e da presente Política.

O Comitê de Riscos e Compliance é instaurado, semestralmente, ou sempre que necessário, pelo Diretor de Riscos e *Compliance*, para solucionar conflitos, discutir questões relevantes e tomar decisões. O Comitê, quando instaurado, é composto pelo Diretor de Riscos e Compliance e pelo *head* da Equipe de Riscos e *Compliance*. O Comitê tem como principal função garantir a aplicabilidade do programa de *Compliance* da Ibiuna. Semestralmente ou sempre que necessário, o Comitê se reunirá para avaliar os resultados do programa, propor melhorias, sanar discrepâncias, estudar novas medidas e processos e reavaliar os procedimentos vigentes à luz da legislação aplicável. O Comitê também tem como responsabilidade resolver conflitos não

solucionados ou não previstos, aplicar sanções, além de manter as Políticas de *Compliance* da Ibiuna atualizadas segundo os novos conceitos e regulamentações vigentes, promovendo sua divulgação e contribuindo para a manutenção de padrões éticos adequados.

As responsabilidades, composição, frequência com que são realizadas as reuniões e a forma como são registradas as decisões no âmbito do Comitê de Riscos e *Compliance* estarão descritas no Formulário de Referência da Ibiuna e no Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos.

6. Reportes ao Administrador Fiduciário e à CVM

A Ibiuna deverá informar qualquer desenquadramento da Classe ao administrador fiduciário para que este realize o respectivo reporte à CVM, observando os prazos e o detalhamento abaixo:

- (i) Desenquadramento Ativo: A Ibiuna deverá informar imediatamente ao administrador a identificação de um desenquadramento ativo e o administrador, por sua vez, deve informar à CVM caso a carteira de ativos permaneça desenquadrada por 10 (dez) dias úteis consecutivos, até o final do dia útil seguinte ao encerramento do prazo, bem como informar seu reenquadramento tão logo seja verificado. Caso o desenquadramento persista pelo prazo acima, a Ibiuna deverá preparar um plano de ação para envio à CVM visando o reenquadramento da carteira da Classe, no mesmo prazo de 10 (dez) dias úteis consecutivos, de modo isolado ou conjuntamente ao expediente do administrador.
- (ii) Desenquadramento Passivo: Caso o desenquadramento passivo se prolongue por 15 (quinze) dias úteis consecutivos, ao final desse prazo, a Ibiuna deverá fornecer suas explicações para o desenquadramento, para envio à CVM.
- (iii) Reenquadramento da Classe: A Ibiuna deve imediatamente informar o reenquadramento da carteira ao administrador para que este informe à CVM tão logo ocorrido.

O administrador fiduciário enviará tais comunicados à CVM e atuará como agente responsável operacionalmente pelo envio à CVM, ainda que tenham sido elaborados ou providenciados pela Ibiuna, como participante responsável pela produção e elaboração do documento em questão.

7. Monitoramento, Ferramentas de Controle e Relatório de Risco

Frequência do Monitoramento Geral. A Equipe de Riscos e *Compliance* realiza monitoramento diário em relação aos principais riscos relacionados às Classes, conforme detalhado nesta Política.

Ferramentas de Apoio. A Equipe de Riscos e *Compliance* realiza suas atividades com o auxílio de sistemas proprietários desenvolvidos pela Ibiuna (denominado YARA) e sistema de terceiros contratados (Lote 45), e sob supervisão do Diretor de Riscos e *Compliance*.

Relatório de Risco. A Equipe de Riscos e *Compliance*, com base no monitoramento realizado e com o auxílio das ferramentas acima indicadas, elabora relatórios diários, que refletem os enquadramentos constantes dos documentos regulatórios das Classes, os quais são encaminhados aos membros da Equipe de Gestão diariamente.

Caso algum limite seja extrapolado e/ou qualquer dos procedimentos aqui definidos não seja observado, ou, ainda, alguma situação de risco não abordada na Política seja identificada, a Equipe de Riscos e *Compliance* deverá:

- (i) notificar imediatamente a Equipe de Gestão e solicitar as devidas justificativas a respeito do desenquadramento ou do risco identificado;
- (ii) estabelecer plano de ação que se traduza no pronto enquadramento das carteiras das Classes aos limites previstos em seus documentos regulatórios ou nesta Política vigente;
- (iii) avaliar a necessidade de eventuais ajustes aos procedimentos e controles adotados pela Ibiuna; e
- (iv) em casos excepcionais, que envolvam situações relacionadas a fatores sistêmicos, ou eventos específicos de cada ativo, mediante prévia justificativa da Equipe de Gestão e com o aval do Diretor de Riscos e *Compliance*, os limites podem ser revisados.

Caso a Equipe de Gestão não cumpra as determinações definidas no plano de ação mencionado acima, o Diretor de Riscos e *Compliance* está autorizado a proceder com a sua implementação, ordenando a compra/venda de posições para fins de reenquadramento das carteiras das Classes nos exatos termos definidos no plano de ação.

Sem prejuízo do disposto acima, a Equipe de Riscos e *Compliance* poderá realizar análise subjetiva da concentração das carteiras e, caso identifique um risco relevante, deverá sugerir a adoção de medidas adicionais para o gerenciamento de risco, podendo inclusive solicitar a realização de reunião extraordinária do Comitê de Riscos e *Compliance* para tratar do tema e sugerir a adoção de plano de ação para mitigação do referido risco.

8. Riscos

O processo de avaliação e gerenciamento de riscos da Ibiuna permeia todo o processo de decisão de investimento, devendo seguir determinados parâmetros em razão de se estar trabalhando com ativos que apresentem média e alta liquidez (mercado dos fundos de investimento financeiros). Tal processo deve seguir determinados parâmetros estipulados nesta Política, a qual poderá ser alterada de tempos em tempos.

8.1. Risco de Mercado

O Risco de Mercado se traduz, resumidamente, pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuação nos valores de cada um dos ativos detidos pelas carteiras das Classes.

Assim, cabe ressaltar que o controle e monitoramento do Risco de Mercado também é parte do processo de gestão e decisão de investimento, tendo em vista a análise qualitativa dos ativos realizada pela Equipe Gestão, sendo, portanto, uma obrigação compartilhada do Diretor de Gestão, conforme definido no Formulário de Referência e Contrato Social da Ibiuna, e do Diretor de Riscos e *Compliance*.

O monitoramento de risco de mercado busca identificar perdas relativas às variações dos preços de mercado nos ativos do portfólio da Classe e utiliza dados históricos e estatísticos para tentar prever o comportamento da economia e, consequentemente, os possíveis cenários que eventualmente afetem os ativos de uma carteira de investimentos.

A Ibiuna gerencia o risco de mercado de acordo com o conceito de margem de segurança. Todos os investimentos relevantes das Classes devem passar pelo critério da margem de segurança, o que significa não apenas que há uma grande distância entre o valor de mercado e o valor "justo" de determinado ativo, mas também determina certo grau de segurança que se pode assumir nas projeções. A margem de

segurança exige que a Ibiuna seja relativamente conservadora em suas projeções, dando atenção especial a questões como risco tecnológico e a capacidade da administração para se adaptar às mudanças no cenário competitivo.

O limite de risco de mercado que um veículo de investimento pode apresentar é calculado e monitorado pela Ibiuna por *VaR* e *Stress Test*. Tais mecanismos são utilizados para verificar se o risco dos investimentos está atendendo às suas políticas de investimento definidas nos documentos regulatórios. Adicionalmente, a Ibiuna adota ainda relatórios específicos para controle da exposição ao risco de mercado.

8.1.1. *VaR – Value at Risk e Stress Test*

O conceito de *VaR* é muito disseminado nos principais centros financeiros mundiais e permite que o risco de mercado possa ser representado por um único valor monetário, indicando a perda máxima esperada com um certo nível de confiança e para um determinado horizonte de investimento.

A Ibiuna adota a ferramenta Lote 45 como motor de cálculo para duas metodologias de *stress test* aplicadas às carteiras, que consiste em:

- › *macro stress*: simulação de choques nos fatores primitivos de risco, combinados a cenários economicamente plausíveis. Considera-se quatro fatores de risco primitivos: índice de bolsa, taxas cambiais e taxas de juros domésticas (pré-fixada e de cupom de dólar). De modo conservador, a Ibiuna assume o cenário que acarreta a maior perda para o portfólio analisado.
- › *specific stress*: é utilizado para os demais fatores de risco. A análise considera oscilações de 5 dias dos fatores de risco ocorridas em datas passadas e aplica no portfólio analisado. Assume-se aquelas que acarretar a pior perda.

O resultado do *stress test* do portfólio será a soma das duas metodologias acima.

8.1.2. *Relatório de risco de mercado*

A Equipe de Riscos e *Compliance* disponibiliza ao Diretor de Risco e *Compliance* relatório, em tempo real, contendo *VaR*, *Expected Shortfall*, *Stress* e *Gross*, dividido por estratégia, para cada Fundo gerido pela Ibiuna. Diariamente, também é disponibilizado para cada integrante da Equipe de Gestão, individualmente, o mesmo relatório referente às suas respectivas posições dentro de cada Fundo.

A estratégia multimercado possui limites internos de *VaR* e *Stress*, definidos pelo Diretor de Riscos e *Compliance* em conjunto com a Equipe de Riscos e *Compliance*. Caso um desses limites seja atingido, a Equipe de Riscos e *Compliance* comunica o Diretor de Riscos e *Compliance*, que, por sua vez, informa a Equipe de Gestão para que, em conjunto, tomem as decisões cabíveis. Os membros das respectivas Equipes de Gestão da Ibiuna também possuem limites individuais, sendo uma porcentagem do total da Classe de cada Fundo.

8.1.3. Relatório de P&L

A Equipe de Riscos e *Compliance* disponibiliza a Equipe de Gestão, em tempo real, relatório contendo os resultados dos Fundos no dia e em período histórico (mês, ano, semestre, *one month running*, doze meses e acumulado), divididos por estratégia, além do resultado de cada gestor individualmente. Nesse relatório, constam também informações sobre volatilidade, *sharpe*, *drawdown* e outras informações relevantes de cada portfólio.

8.1.4. Relatório de exposição

Diariamente, a Equipe de Riscos e *Compliance* envia para o Diretor de Risco e *Compliance* e para o Diretor de Gestão o relatório contendo todas as exposições dos Fundos, dividido em estratégias (e.g., juros, inflação, moedas, *commodities* e renda variável). O relatório também fica disponível para consulta em tempo real, através do sistema YARA.

O relatório de exposição é analisado semanalmente nas reuniões de cada Equipe de Gestão. Nessas reuniões, os participantes discutem as exposições das Classes dos Fundos nas diversas modalidades de ativos e emissores que compõem suas carteiras, além do cenário econômico e político que embasam o posicionamento de cada estratégia.

8.2. Investimento no Exterior

Face ao perfil de investimentos das Classes sob gestão da Ibiuna, às quais é permitido realizar alocação em ativos financeiros negociados no exterior, incluindo em fundos constituídos no exterior, a Ibiuna mantém controles de risco a fim de assegurar-se de que as estratégias a serem implementadas no exterior estejam de acordo com o objetivo, política de investimento e níveis de risco das Classes, conforme exigido pela regulamentação e autorregulamentação em vigor.

Desse modo, em linha com as regras de autorregulação da ANBIMA, e sem prejuízo de outras medidas de verificação do atendimento por tais veículos e ativos no exterior às regras inerentes ao investimento em ativos no exterior editadas pela CVM, as decisões da Ibiuna quando da seleção e alocação em tais ativos e veículos de investimento serão tomadas mediante uma análise prévia do atendimento às seguintes condições:

- (i) Adoção, no que couber, da mesma diligência e padrão utilizados quando da aquisição de ativos financeiros domésticos, assim como a mesma avaliação e seleção realizada para gestores de recursos quando da alocação em fundos locais;
- (ii) Verificação e guarda de evidências de que os fundos ou veículos de investimento no exterior possuem administrador, gestor, custodiante, ou prestadores de serviços que desempenhem funções equivalentes, capacitados, experientes, de boa reputação e devidamente autorizados a exercer suas funções por autoridade local reconhecida, bem como de que tais prestadores de serviço possuem estrutura operacional, sistemas, equipe, política de controle de riscos e limites de alavancagem adequados às estratégias e compatíveis com a política de investimento da Classe;
- (iii) Assegurar que os fundos ou veículos no exterior (“Veículos Offshore”) investidos possuam custodiante supervisionado por supervisor local;
- (iv) Assegurar que os fundos ou veículo de investimento no exterior têm as suas demonstrações financeiras auditadas por empresa de auditoria independente;
- (v) Estabelecimento e manutenção de um fluxo seguro e de boa comunicação com o gestor de recursos dos fundos ou veículos de investimento no exterior, assim como do acesso às informações necessárias para sua análise e acompanhamento;
- (vi) Assegurar que os fundos ou veículos de investimento no exterior sejam regulados e supervisionados por supervisor local e possuam política de controle de riscos e limites de exposição ao risco de capital compatíveis com a política de investimento da Classe, quando expressamente exigido pela regulação em vigor; e
- (vii) Assegurar que o valor da cota dos fundos ou veículos de investimento no exterior seja calculado em periodicidade compatível com a liquidez oferecida aos cotistas da Classe, nos termos de seu Anexo.

A Ibiuna está dispensada de observar o disposto nos incisos (ii), (iv) e (v) acima desde que os prestadores de serviço no exterior sejam instituições integrantes de seu grupo



econômico e estejam autorizados, por supervisor local, a prestar as atividades e exercer as funções para as quais foram contratadas.

Ainda, as regras aqui estabelecidas para investimentos no exterior não se aplicam a Classes destinadas exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da regulação em vigor, exceto os incisos (i) e (iv) acima.

A Ibiuna deve verificar e evidenciar, previamente à seleção e alocação nos ativos financeiros no exterior que não sejam registrados em sistema de registro ou objeto de depósito centralizado, se esses ativos estão custodiados ou escriturados por instituição devidamente autorizada a funcionar em seus países de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida, devendo a Ibiuna monitorar a permanência do atendimento dos ativos no exterior a tais requisitos durante todo o tempo em que as Classes realizarem investimentos em tais ativos.

Caso a Ibiuna venha a ter influência direta ou indireta nas decisões de investimento dos ativos financeiros no exterior ela deverá, caso aplicável, quando da aquisição desses ativos: (a) comunicar formalmente ao administrador fiduciário dos fundos no Brasil essa condição e prestar todas as informações necessárias no prazo e na forma entre eles pactuados; e (b) relacionar para o administrador, os ativos integrantes das carteiras dos fundos investidos para ser informado no demonstrativo mensal de composição e diversificação da carteira, na mesma periodicidade e em conjunto com a divulgação das posições mantidas pelas respectivas carteiras em ativos financeiros negociados no Brasil.

Relativamente ao investimento em derivativos no exterior pelos Fundos sob gestão, a Ibiuna deverá observar os eventuais requisitos de registro, escrituração ou custódia dos ativos investidos, seu ambiente de negociação ou, ainda, as características da contraparte das operações, conforme o caso e nos termos da regulamentação em vigor, bem como os controles de limites de exposição ao risco de capital, conforme detalhado adiante.

8.3. Risco de Crédito e Contraparte

O Risco de Crédito e Contraparte é, em termos gerais, a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador,

redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação.

Em relação a gestão das carteiras que tenham ativos de renda variável negociados em mercados regulados (como bolsa de valores), o objetivo será não se expor ao risco de crédito e contrapartes.

Adicionalmente, a escolha das corretoras de títulos e valores mobiliários, nas quais as ordens de compra e venda de ativos serão executadas, é feita de maneira criteriosa, privilegiando grandes participantes do mercado e com menor risco de insolvência.

Toda alocação a risco de crédito, quer direta ou indireta, é acompanhada e gerida continuamente, sendo parte integral da estratégia de gestão.

As avaliações de que trata este capítulo devem ser formalizadas e ficar disponíveis para o administrador fiduciário e para a ANBIMA, sempre que solicitadas, por, pelo menos 5 (cinco) anos.

8.3.1. Aquisição de Ativos de Crédito Privado

Nos termos do Ofício-Circular nº 6/2014/CVM/SIN e das Regras e Procedimentos do Código de AGRT, a aquisição de títulos privados demanda tanto conhecimento específico por parte dos gestores quanto a adoção de procedimentos próprios para o gerenciamento dos riscos incorridos.

O risco de cada contraparte é controlado com base nos critérios de concentração, tipo de exposição, representatividade do ativo na carteira da Classe e liquidez.

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito nas Classes, a Ibiuna busca somente contrapartes sólidas e com ilibado histórico no mercado e, após a verificação da compatibilidade do crédito que se pretende adquirir com a política de investimento da Classe e com a regulamentação em vigor, serão determinados limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, tanto em nível individual quanto em nível agregado de grupo com interesse econômico comum e, quando aplicável, de tomadores ou contrapartes com características semelhantes.

O estabelecimento de limites para a aquisição de crédito privado deverá contar com a aprovação do Diretor de Riscos e *Compliance*, inclusive quanto ao limite máximo de exposição àquele emissor, sendo certo que a aprovação não deverá ser vista como

autorização automática para operações subsequentes de um mesmo emissor/devedor.

A Ibiuna adota, ainda, as seguintes medidas adicionais para mitigação do risco de crédito nas Classes:

- (i) Verificar, previamente à aquisição, a compatibilidade do crédito que se pretende adquirir com a política de investimento da Classe e com a regulação vigente;
- (ii) Avaliar a capacidade de pagamento do devedor e/ou de suas controladas, bem como a qualidade das garantias envolvidas, caso existam;
- (iii) Definir limites para investimento em ativos de crédito privado, tanto para as Classes quanto para a Ibiuna, quando aplicável, e para emissores ou contrapartes com características semelhantes;
- (iv) Os limites de crédito atribuídos devem ter validade predeterminada e contar com possibilidade de revisão antecipada em função do comportamento do tomador do crédito ou outros eventos que possam impactar na decisão de investimento inicial;
- (v) Para a definição dos limites, devem ser consideradas não só condições normais do emissor e do mercado, mas também condições estressadas com base em cenários de probabilidades e nas experiências históricas e, ainda, a qualidade das garantias, caso existam;
- (vi) Considerar, caso a caso, a importância da combinação de análises quantitativas e qualitativas e, em determinadas situações e conforme aplicável, utilizar métricas baseadas nos índices financeiros do devedor, acompanhadas de análise, devidamente documentada. Em determinados casos, a utilização de cálculos estatísticos baseados nos índices financeiros do devedor deve ser acompanhada de uma análise, também devidamente documentada, que leve em consideração aspectos como a reputação do emissor no mercado, a existência de pendências financeiras e protestos, possíveis pendências tributárias e multas e outros indicadores relevantes;
- (vii) Realizar investimentos em ativos de crédito privado somente se tiver tido acesso às informações necessárias para a devida análise de risco de crédito para compra e acompanhamento do referido ativo;
- (viii) Observar, em operações envolvendo empresas do grupo econômico dos prestadores de serviços essenciais do Fundo os mesmos critérios utilizados em operações com terceiros, mantendo documentação de forma a comprovar a realização das operações em bases equitativas e mitigando eventuais conflitos de interesse; e

- (ix) Investir em ativos de crédito privado apenas de emissores pessoas jurídicas que tenham suas demonstrações financeiras auditadas, anualmente, por auditor independente autorizado pela CVM e/ou Banco Central do Brasil, observadas as exceções abaixo:
- › os ativos de crédito privado de empresas que não tenham suas demonstrações financeiras auditadas em razão de terem sido constituídas em prazo inferior a 1 (um) ano, desde que a Ibiuna seja diligente e que o ativo de crédito privado contenha cláusula de vencimento antecipado para execução, caso não obtenha as demonstrações financeiras da empresa auditadas após 1 (um) ano de constituição; e
 - › os ativos de crédito privado que contem com cobertura integral de seguro; ou carta de fiança emitida por instituição financeira; ou Coobrigação integral por parte de instituição financeira ou seguradoras ou empresas que tenham suas demonstrações financeiras auditadas anualmente por auditor independente autorizado pela CVM. Nesta hipótese, a Ibiuna deve realizar os mesmos procedimentos de análise de risco de crédito descritos nesta seção para a empresa seguradora, fiadora ou avalista da operação.

8.3.2. Rating

O *rating* e a súmula do ativo de crédito privado ou do emissor fornecido por agência classificadora de risco, quando existir, deve ser utilizado como informação adicional à avaliação do risco de crédito e dos demais riscos a que devem proceder, e não como condição suficiente para sua aquisição e monitoramento.

A Ibiuna estabelece *rating* interno para classificação de risco de crédito dos ativos de crédito privado adquiridos em nome das Classes.

8.3.3. Cadastro de Emissores e Análise de Crédito

A Ibiuna mantém controles capazes de armazenar o cadastro dos diferentes ativos de crédito privado que foram adquiridos pelas Classes dos Fundos, o qual conta com as seguintes informações desses ativos:

- › Instrumento de crédito;
- › Datas e valores de parcelas;
- › Datas de contratação e de vencimento;

- › Taxas de juros;
- › Garantias;
- › Data e valor de aquisição pela Classe;
- › Informações sobre o rating do ativo de crédito privado, quando aplicável.

Conforme seja aplicável a cada tipo de ativo de crédito privado investido, os controles utilizados devem ser capazes de projetar fluxos de caixa não padronizados, representar curvas de crédito e calcular valor presente das operações.

As análises do crédito das operações devem ser baseadas em critérios consistentes, passíveis de verificação e amparadas por informações internas e externas.

A Ibiuna buscará, ainda, sempre contemplar em suas análises de crédito os seguintes aspectos:

- (i) em relação ao devedor e, quando aplicável, seus garantidores: (a) situação econômico-financeira (quadro atual e perspectivas/projeções); (b) grau de endividamento; (c) capacidade de geração de resultados; (d) fluxo de caixa; (e) administração e qualidade de controles; (f) governança; (g) pontualidade e atrasos nos pagamentos; (h) contingências; (i) setor de atividade econômica; (j) limite de crédito; e (k) risco operacional associado à aquisição, acompanhamento e liquidação dos direitos creditórios;
- (ii) em relação à operação: (a) natureza e finalidade da transação; (b) conforme aplicável, na medida em que a garantia seja relevante para a decisão com relação ao risco de crédito, análise das características das garantias, visando a sua exequibilidade, inclusive com relação à observância dos requisitos formais para sua constituição e às avaliações cabíveis com relação à sua suficiência e à liquidez dos ativos em caso de execução; (c) quantidade; (d) valor; (e) prazo; (f) análise de variáveis como *yield*, taxa de juros, *duration*, convexidade, volatilidade, entre outras que possam ser consideradas relevantes; (g) montante global, vencimentos e atrasos, no caso de aquisição de parcelas de operação;
- (iii) nas análises individuais de pessoas jurídicas: deve-se considerar, além das informações da empresa, os seguintes itens: (a) as informações de seus controladores; (b) questões afeitas ao conglomerado ou grupo econômico do qual a empresa devedora faça parte, como a capacidade gerencial do controlador, a estrutura de governança existente, a percepção do mercado

com relação ao grupo, a situação patrimonial e financeira, a liquidez e o prazo das principais obrigações, além dos possíveis riscos de contágio de danos à imagem e de conflitos de interesse em assembleias; e

- (iv) nas análises coletivas: deve-se utilizar modelo estatístico para avaliação da base de sacados e/ou cedentes, observando-se fatores de agrupamento de riscos de crédito similares, tais como, mas não limitando-se à atividade econômica, localização geográfica, tipo de garantia, risco operacional associado à aquisição, acompanhamento e liquidação dos direitos creditórios, histórico de inadimplência e grau de endividamento, bem como risco de fungibilidade (*commingling*).

Tendo em vista as importantes questões legais envolvidas nas operações de crédito, a Ibiuna deve avaliar sempre a necessidade de contratação de terceiros para verificação dos contratos que formalizam os créditos. Em casos complexos ou quando se percebe que talvez falte a expertise necessária, a análise jurídica pode ser conduzida por escritório especializado no setor.

8.3.4. Aquisição de Crédito Privado no Exterior

As Classes também poderão investir em ativos de crédito no exterior, dessa forma, caso os ativos de crédito privado sejam do exterior, a obrigação de demonstrações financeiras auditadas não será aplicável, uma vez que os emissores serão pessoas jurídicas em funcionamento e constituídas no exterior, de forma que tais pessoas estarão sujeitas ao cumprimento do art. 41, § 3º, da Resolução CVM 175, e devem observar, portanto e ao menos, uma das seguintes condições, sem prejuízo dos demais requisitos previstos no item 7.2.:

- (i) serem registrados em sistema de registro, objeto de escrituração de ativos, objeto de custódia ou objeto de depósito central, em todos os casos, por instituições devidamente autorizadas em seus países de origem e supervisionadas por supervisor local; ou
- (ii) terem sua existência diligentemente verificada pelo custodiante da Classe, que deve verificar, ainda, se tais ativos estão escriturados ou custodiados por entidade autorizada para o exercício de tais atividade por autoridade que seja supervisionada por supervisor local.

8.3.5. Monitoramento dos Ativos de Crédito Privado

A Ibiuna mantém processo de monitoramento dos ativos de crédito privado adquiridos pelas Classes, de modo a acompanhar os riscos envolvidos na operação, bem como a qualidade e capacidade de adimplemento do crédito e de execução das garantias enquanto o ativo permanecer na carteira.

As seguintes práticas são adotadas pela Ibiuna para monitoramento do risco de crédito:

- (i) A Ibiuna deve avaliar periodicamente a qualidade de crédito dos principais devedores/emissores dos ativos de crédito privado adquiridos pelas Classes, com periodicidade de revisão proporcional à qualidade de crédito – quanto pior a qualidade, mais curto deve ser o intervalo entre as reavaliações – e/ou à relevância do crédito para a carteira, sendo necessário documentar todas as reavaliações realizadas;
- (ii) Levar em consideração os fluxos de caixa esperados, os prazos de pagamento de resgate e os períodos em que os resgates podem ser solicitados e manter caixa suficiente para um determinado período definido de acordo com as características dos investidores e dos investimentos da carteira;
- (iii) A possibilidade de se utilizar mercado secundário para venda de ativos também deve ser um fator considerado na gestão de liquidez de ativos de crédito privado;
- (iv) Se necessário, estabelecer uma taxa mínima de conversão de carteira em caixa ou um percentual de liquidez imediata das transações de crédito, a ser definida pelo Diretor de Riscos e *Compliance*;
- (v) Fazer a precificação com base no tipo de ativo e nos demais fatores de risco e preservar a memória de cálculo, incluindo as fórmulas e variáveis utilizadas no modelo; e
- (vi) Emitir relatórios gerenciais para monitoramento das operações adquiridas, bem como mensurar, tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, a exposição ao risco de crédito em condições normais e em cenários estressados.

Ademais, nas reavaliações, deve-se monitorar a qualidade e capacidade de execução das garantias dos ativos, quando relevante, conforme abaixo.

8.3.6. Avaliação, Aceitação, Formalização e Monitoramento de Garantias

Na medida em que a garantia for relevante para a decisão de investimento, a Ibiuna deve zelar para que os documentos relativos às garantias estejam atualizados e válidos no momento da aquisição dos ativos de crédito e a Ibiuna deverá ainda:

- (i) Avaliar a possibilidade de execução das garantias, definindo critérios específicos para essa avaliação;
- (ii) Considerar a variabilidade do valor de liquidação, atentando também para os prováveis valores de venda forçada;
- (iii) Definir os percentuais de reforço de garantia (*overcollateral*) em função de um valor conservador de liquidação forçada;
- (iv) Prever, sempre que aplicável, a inadmissibilidade de recebimento em garantia de bens cuja execução possa se tornar inviável, como bens essenciais à continuidade da operação de devedor, bens de família, grandes áreas rurais em locais remotos e imóveis com função social relevante, exceto se for justificável do ponto de vista da estratégia de recuperação de crédito ou se tratar de garantia adicional, que não foi fundamental na contratação da operação;
- (v) Verificar a possibilidade de favorecer ativos que tenham um segundo uso explícito (por exemplo, terreno industrial que pode ser convertido em residencial), levando em consideração o potencial econômico do ativo não só para o usuário atual, mas também em relação a outros potenciais usuários; e
- (vi) Quando houver o compartilhamento de garantias, a Ibiuna deverá: (a) assegurar que o compartilhamento é adequado à operação; e (b) verificar se a parte da garantia que lhe é cabível está livre e em que condições poderá ser executada.

Por sua vez, os critérios acima indicados serão reavaliados periodicamente, enquanto os respectivos ativos permanecerem nas carteiras das Classes. A periodicidade das reavaliações será determinada caso a caso, dependendo do risco atribuído ao produto e com base na relevância do ativo e da garantia na avaliação do risco de crédito, não podendo tal periodicidade ser superior a 12 (doze) meses.

8.3.7. Exceções

A critério da Ibiuna, as práticas relacionadas à aquisição e ao monitoramento dos ativos de crédito privado, podem ser aplicáveis de forma mitigada, exclusivamente caso os ativos observem as seguintes características:

- (i) Sejam emitidos por emissores listados em mercados organizados;

- (ii) Sejam de baixa complexidade e possuam alta ou média liquidez; e
- (iii) Sua representatividade nas carteiras de investimento das Classes não seja superior ao percentual definido pela Equipe de Riscos.

As evidências de atendimento dos ativos de crédito privado aos critérios acima devem ser passíveis de verificação.

8.4. Risco de Liquidez

Para fins desta Política, risco de iliquidez significa a possibilidade das Classes não serem capazes de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade das Classes não conseguirem negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade.

A revisão paulatina das metodologias de gerenciamento de risco de liquidez definidas na Política de Gestão de Liquidez (“Política de Liquidez”) deve sempre considerar a evolução das circunstâncias de liquidez e volatilidade dos mercados em função de mudanças de conjuntura econômica, bem como a crescente sofisticação e diversificação dos ativos, de forma a garantir que esses reflitam a realidade de mercado. A fim a permitir o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários, a Ibiuna adota Política de Liquidez específica, a qual se encontra disponível em seu *website*.

A gestão de liquidez do passivo será realizada conjuntamente com o administrador fiduciário, nos termos da regulamentação vigente.

8.5. Risco de Concentração

O risco de concentração se traduz como o risco de perdas em decorrência da não diversificação dos investimentos realizados pelas carteiras das Classes, ou seja, a concentração em ativos de apenas 1 (um) ou de poucos emissores, modalidades de ativos ou setores da economia.

Com o objetivo de monitorar o risco de concentração na carteira das Classes, a Equipe de Riscos e *Compliance* produz relatórios diários de exposição tomando por base os



parâmetros estabelecidos pelo Diretor de Riscos e *Compliance*, conforme acima exposto.

Quando possível, a Ibiuna procurará evitar a concentração excessiva, podendo o Diretor de Riscos e *Compliance* estabelecer limites máximos de investimento em 1 (um) único ativo, considerando seu valor de mercado, ou determinado setor do mercado. Não obstante, vale destacar que algumas carteiras de determinadas Classes podem ter estratégia específica de concentração em poucos ativos ou emissores, não se aplicando o disposto nesta seção.

A Ibiuna respeita, ainda, os limites de concentração elencados nos Anexos das Classes dos Fundos sob sua gestão, bem como aqueles elencados na regulamentação e autorregulação e nas políticas internas da Ibiuna.

Caso, ainda assim, sejam superados os limites gerenciais de concentração, uma reunião do Comitê de Riscos e *Compliance* é convocada para discutir a questão. A reunião é precedida por envio de relatório pela Equipe de Gestão embasando as razões para a concentração. Caberá ao Diretor de Riscos e *Compliance* informar os gestores a instruí-los a respeito da decisão final do Comitê.

8.6. Risco de Capital

O Risco de Capital se relaciona à exposição da Classe ao risco de seu patrimônio líquido ficar negativo em decorrência de aplicações de sua carteira de ativos. Nesse sentido, as Classes geridas pela Ibiuna deverão, de acordo com seu tipo, observar determinados limites máximos de utilização de margem de garantia, requerida ou potencial, em operações de sua carteira ("Margem Bruta"), no mercado local e no exterior, conforme disposto na Resolução CVM 175.

Os limites de utilização de Margem Bruta para controle do Risco de Capital previstos na Resolução CVM 175 não se aplicam às Classes destinadas a investidores profissionais ou Classes que adotem a estratégia *long and short*.

A Ibiuna deverá realizar o monitoramento do Risco de Capital da carteira das Classes através do acompanhamento diário de utilização de Margem Bruta de cada classe, por meio de sistemas de terceiros contratados (Lote 45), informações disponibilizadas pela B3 (iMercado – Conciliação) e sistema proprietário (YARA).

O cálculo de margem potencial deve se basear em modelo de cálculo de garantia do administrador fiduciário, consistente e passível de verificação, e não pode ser

compensado com as margens das operações que contem com cobertura ou margem de garantia. Nesse sentido, a Ibiuna deverá assegurar seu acesso ao modelo de cálculo de garantia utilizado pelo administrador, de forma a implementar os controles aqui previstos.

8.6.1. Risco de Capital e Ativos Financeiros no Exterior

Caso as Classes realizem aplicações em Veículo *Offshore*, a Ibiuna deverá observar os seguintes requisitos adicionais relativos à exposição ao Risco de Capital:

- › Caso a Ibiuna detenha, direta ou indiretamente, influência nas decisões de investimento do Veículo *Offshore*: A exposição da carteira da Classe investidora deve ser consolidada com a do Veículo *Offshore*, considerando o valor das margens exigidas em operações com garantia somada à margem potencial de operações de derivativos sem garantia, observado que o cálculo da margem potencial de operações de derivativos sem garantia deve ser realizado pelo administrador, e não pode ser compensado com as margens das operações com garantia.
- › Caso a Ibiuna não detenha, direta ou indiretamente, influência nas decisões de investimento do Veículo *Offshore*: O cálculo da exposição da carteira deve considerar a exposição máxima possível, de acordo com as características do Veículo *Offshore*.

9. Riscos Relacionados à Atividade da Ibiuna

9.1. Risco Operacional

Ocorre pela falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, processamento e operações, ou de falhas nos controles internos. São riscos advindos da ocorrência de fragilidades nos processos, que podem ser gerados por falta de regulamentação interna e/ou documentação adequada sobre políticas e procedimentos, que permita eventuais erros no exercício das atividades, podendo resultar em perdas inesperadas.

O risco operacional é tratado através de procedimentos frequentes de validação dos diferentes sistemas e ferramentas existentes em funcionamento na Ibiuna, tais como: programas computacionais, sistema de telefonia, internet, entre outros.

A Ibiuna conta com Plano de Contingência e Continuidade dos Negócios que define os procedimentos que deverão ser seguidos pelos Colaboradores, no caso de contingência, de modo a impedir a descontinuidade operacional por problemas técnicos. Foram estipuladas estratégias e planos de ação com o intuito de garantir que os serviços essenciais da Ibiuna sejam devidamente identificados e preservados após a ocorrência de um imprevisto ou um desastre.

A Ibiuna realiza, periodicamente, treinamentos, revisão de processos, manuais operacionais e rotinas além de simulações do plano de contingência, de modo a manter toda a equipe preparada para eventos reais.

9.2. Riscos inerentes a novos produtos, modificações relevantes em produtos existentes e mudanças significativas nos processos, operações e modelo de negócio da Ibiuna

Para classificação de riscos de novos produtos de investimento, a Equipe de Riscos e *Compliance* considerará os seguintes aspectos: (a) os riscos associados às Classes e seus ativos subjacentes; (b) o perfil das Classes e dos prestadores de serviços a eles associados; (c) a existência ou não de garantias nas operações realizadas pelas Classes; e (d) os prazos de carência para resgate nas Classes.

Esses mesmos parâmetros devem ser considerados em caso de modificações relevantes nos produtos de investimento existentes e/ou mudanças significativas nos processos, operações, sistemas e modelo de negócio da Ibiuna. Maiores detalhes sobre os processos e controles adotados para assegurar a identificação prévia dos riscos acima mencionados constam na Política de PLD/FTP da Ibiuna.

9.3. Risco Regulatório

A atividade de gestão de carteiras de valores mobiliários desempenhada pela Ibiuna é exaustivamente regulada pela CVM e autorregulada pela ANBIMA, sendo que, em decorrência da atuação de seus Colaboradores no desempenho de suas respectivas funções, a Ibiuna pode vir a sofrer questionamentos ou sanções no eventual caso de ser identificado qualquer descumprimento de normativos.

No entanto, de forma a mitigar tais riscos, além da própria atuação ativa da Equipe de Riscos e *Compliance* na fiscalização das atividades, a Ibiuna possui e fornece aos seus Colaboradores todas as políticas e manuais internos base para as suas operações, os



quais possuem os princípios, valores e regras internas da Ibiuna, e, ainda, as regras aplicáveis às atividades por ela desempenhadas.

Além disso, a Ibiuna possui relevante preocupação e cuidado na triagem e na contratação de seus Colaboradores, bem como proporciona a todos os Colaboradores treinamentos iniciais e periódicos de *compliance*, e dissemina sempre uma cultura de respeito aos normativos e boa-fé no desempenho das atividades.

9.4. Risco Legal

Decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou administrativos, ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Ibiuna e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da instituição.

A Ibiuna conta com assessoria jurídica terceirizada e especializada para mitigar o risco legal na execução de suas operações e contratos.

9.5. Risco de Imagem

Decorre da publicidade negativa, verdadeira ou não, em relação à prática da condução dos negócios da Ibiuna, gerando declínio na base de clientes, litígio ou diminuição da receita.

A Ibiuna vislumbra nos meios de comunicação um canal relevante de informação para os diversos segmentos da sociedade e está aberta a atender suas solicitações, sempre que isso for possível e não existirem obstáculos legais ou estratégicos, que serão explicitados aos jornalistas quando ocorrerem.

Para mitigar o risco de imagem, a comunicação com os meios de comunicação será supervisionada pelo Diretor de Riscos e *Compliance*, sendo que apenas os Colaboradores autorizados poderão tratar diretamente com os meios de comunicação em nome da Ibiuna.

10. Revisão da Política e Testes de Aderência

10.1. Revisão da Política

Esta Política deve ser revista no mínimo **anualmente**, levando-se em consideração (a) mudanças regulatórias; (b) eventuais deficiências encontradas; (c) modificações relevantes nas Classes; e (d) mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio da Ibiuna.

10.2. Testes de Aderência

A Equipe de Riscos e *Compliance* deve realizar anualmente testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos previstos nesta Política.

Os resultados das revisões e testes deverão ser objeto de discussão pela Equipe de Riscos e *Compliance* e eventuais deficiências e sugestões deverão constar no Relatório Anual de *Compliance*, apresentado até o último dia de abril de cada ano aos administradores da Ibiuna, nos termos do Manual de Regras, Procedimentos e Controles Internos da Ibiuna.

11. Histórico de Revisões

Histórico de atualizações		
Versão ¹	Data	Responsável
1ª	Março de 2024	Diretor de Riscos e <i>Compliance</i>
2ª e atual	Janeiro de 2025	Diretor de Riscos e <i>Compliance</i>

¹ Em março de 2024, a Política foi revisada e adaptada às demandas regulatórias da Resolução CVM 175. A Ibiuna optou por considerar como primeira versão da Política este novo formato, razão pela qual não estão sendo consideradas suas versões anteriores e respectivas datas.

ANEXO I

ORGANOGRAMA DA ÁREA DE COMPLIANCE E RISCO

